



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

ATO Nº 11 de 29 de janeiro de 2018

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Determinar a publicação dos anexos I, V, VI do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2017, conforme a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e do “Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal em Cumprimento ao Acórdão 553/2017-TCU-Plenário, item 9.4”, para divulgação e conhecimento público.

MARIA JOSÉ GIRÃO

Desembargadora Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2017

R\$ 1,00

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

Despesas Executadas (últimos 12 meses)

DESPESA COM PESSOAL	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não processados (b)	Total (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	372.916.828,22	3548989,63	376.465.817,85
Pessoal Ativo	253.605.434,13	618.285,72	254.223.719,85
Pessoal Inativo e Pensionistas	119.311.394,09	2.930.703,91	122.242.098,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)			0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	105.692.978,62	2.930.703,91	108.623.682,53
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	415.289,71		415.289,71
Despesas de Exercícios Anteriores	30.143.688,91	2.930.703,91	33.074.392,82
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	75.134.000,00		75.134.000,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	267.223.849,60	618.285,72	267.842.135,32
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)			727254323971,32
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (V) = (IIIc/IV) x 100	0,036744%	0,000085%	0,036829%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,069410%		504787226,27



Fonte: Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, Brasília, DF, n. 2405, 30 jan. 2018.
Caderno Administrativo do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, p. 1.

LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF)	0,065940%	479547864,96
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	0,062469%	454308503,64
FONTE: SIAFI e Divisão de Contabilidade/SAOF/TRT 7ª Região - 09/janeiro/2018 - 09hs		

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Nas despesas com Pessoal não estão computadas aquelas executadas por meio de descentralização externa de crédito (Destaque), conforme disposição do item 9.6 do Acórdão TCU 2097/2011 - Plenário, quais sejam:

a) Precatórios da Adm. Indireta - R\$ 4.266.268,43; Precatórios da Adm. Direta - R\$ 339.728,00 e Requisições de Pequeno Valor (RPV) - R\$ 1.252.378,69

3) As despesas de Pessoal e Encargos Sociais deste Regional estão dentro dos limites estabelecidos pela LC nº 101/2000.

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017

RGF – ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RS 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b+c+d+e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS NA) POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)			
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)					
Fonte 69 – Contribuição Patronal p/Plano de Segur. Social Serv.	646.327,37			646.327,37		0,00	0,00	
Fonte 27 – Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	68.409,85			14.619,46		53.790,39	53.790,39	
Fonte 50 – Recursos não-financeiros diretamente Arrecadados	2.211.686,58			12.326,82		2.199.359,76		
Fonte 81 – Recursos de Convênios	3.959.777,64		242,43	5561,71		3.953.973,50	1.900.894,25	
Fonte 90 – Recursos Diversos	4.292,17				4.292,17			
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (f)	6890493,61	0,00	242,43	67885,36	4292,17	6207123,65	1644684,64	
Fonte 00 – Recursos Ordinários	8.640.700,50		70.394,00	1.473.960,59		7.096.345,91	6.564.140,25	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (h)	8.640.700,50		70.394,00	1.473.960,59		7.096.345,91	6.564.140,25	
TOTAL (f+h) = (i + h)	15.531.194,11	0,00	70.636,43	2.152.795,95	4.292,17	13.303.469,56	8.208.824,89	

FONTE: SIAFI e Divisão de Contabilidade/SAOF/TRT 7ª Região - 09/jan/2018 - 09hs
Nota: 'A' disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017

LRF, art. 48 – Anexo VI

RS 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		727254323971,32
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal – DTP		0,036829%
	267.842.135,32	
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		0,069410%
	504787226,27	
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)		0,065940%
	479547864,96	
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	8.208.824,89	13303469,56

FONTE: SIAFI e Divisão de Contabilidade/SAOF/TRT 7ª Região - 09/jan/2018 - 09hs e Demonstrativo da Despesa com Pessoal e Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO



Fonte: Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, Brasília, DF, n. 2405, 30 jan. 2018.
Caderno Administrativo do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, p. 1.

JUSTIÇA DO TRABALHO – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO, ITEM 9.4
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO a DEZEMBRO/2017

JANEIRO A DEZEMBRO/2017				R\$ 1,00	
DESPESAS EXECUTADAS				R\$ 1,00	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)			376465817,85		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)			108623682,53		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)			267842135,32		
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			727.254.323.971,32		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100			0,036829%		
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO <= > 3	LRf, art. 20, incisos I, II e III			0,087418%	635751184,93
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente 2:	ATO.SEOF.GD.GCA.GP Nº 239/2005	0,087393%	635569371,35
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente 2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007	0,076928%	559462206,34
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente 2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013	0,076785%	558422232,66
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST/CSJT Nº 12/2015			0,069410%	504787226,27

1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça.
 2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça.
 3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho.

DAT Fortaleza, 29 de janeiro de 2018.

MARIA JOSÉ GIRÃO
 Desembargadora Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região

MARIA EVELINE FERNANDES BARRETO
 Diretora-Geral/Ordenadora de Despesas

NEIARA SÃO THIAGO CYSNE FROTA
 Diretora da Divisão de Orçamento e Finanças

RICARDO DOMINGUES DA SILVA
 Secretário de Controle Interno

